



FACULDADE DE SANTA CRUZ DA BAHIA

RONALDO SOUZA LIMA

**GESTÃO PÚBLICA: A PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS**

ITABERABA

2016

RONALDO SOUZA LIMA

**GESTÃO PÚBLICA: A PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NAS POLÍTICAS
PUBLICAS**

Artigo apresentado, à Faculdade Santa Cruz da Bahia - FSC, como requisito parcial para a avaliação da disciplina Redação e Produção Textual do curso de Bacharelado em Administração.

Orientadora: Profa. Regina Aparecida Laranjeira

ITABERABA

2016

GESTÃO PÚBLICA: A PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ronaldo Souza Lima¹

RESUMO

Este artigo trata-se da análise do cidadão diante da sociedade, de sua participação no contexto sociopolítico, por tanto fez se necessário um estudo acerca da responsabilidade sociopolítica que cada indivíduo carrega no seio social, a partir desse estudo é possível constatar a importância de tais operadores na construção da cidadania e no gerenciamento das políticas públicas. Esse artigo surgiu de pesquisas, a partir de leituras sobre política, perfil do cidadão no século XXI, corrupção e desigualdades sociais, dando ênfase na participação do cidadão nas políticas municipais, estaduais e federais. Através do levantamento foi constatado alguns avanços no processo democrático no Brasil embora uma grande parte da população ainda se encontra indisposta quando o assunto é política.

Palavras-chave: Cidadão. Política. Cidadania.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de uma análise histórica do universo das relações coletivas na esfera pública e tem como objetivo expor através de fatos a importância da participação do cidadão na política e evidenciá-lo como ator principal nas políticas públicas.

Com o desenvolvimento das idéias sociais ao longo das épocas podemos constatar a inversão de alguns conceitos no que diz respeito à política, no ocidente acabamos desconstruindo o conceito original de política e invertendo o conceito da palavra idiota. Há aproximadamente 2.500 anos atrás os gregos utilizavam um termo para designar aqueles indivíduos que não participavam das decisões nos destinos da polis (comunidade) e que não se interessavam com

¹Graduando do 4º semestre do curso de Bacharelado em Administração pela Faculdade de Santa Cruz da Bahia
E-mail:ronaldo0333@hotmail.com

o bem estar da coletividade, com o bem comum, esses eram chamados de *idiotés* (idiota), portanto para os gregos idiota era aqueles que estavam fechados em si próprio vivendo apenas a sua vida privada, diferente desses indivíduos haviam aqueles que tinham uma participação ativa na vida da comunidade, que trabalhavam visando o bem comum e se conduziam até a *Ágora* (praça pública, onde se discutia para deliberar sobre decisões de comum acordo), esses eram chamados de políticos. Nos dias atuais fica evidente o quanto nos distanciamos dessa noção de política no conceito dos gregos arcaicos, a prova disso são comentários que podemos ouvir em muitos ambientes comentários do tipo “política é coisa de idiota”.

Dentro dessa concepção participativa da democracia grega pretende-se fazer um breve estudo sobre a relação do indivíduo e sociedade e evidenciá-lo como possível construtor de uma sociedade mais justa, solidaria e com menos desigualdades sociais.

2 A ABRANGÊNCIA DA POLÍTICA NA SOCIEDADE

A partir de uma abordagem sociológica podemos identificar alguns pontos negativos ou pelo menos preocupante do mundo contemporâneo, um desses pontos é a indisposição do indivíduo e talvez da grande massa da sociedade pela política. Para nós ocidentais os gregos são a nossa fonte no campo do direito, da filosofia e da política, para os gregos política é tudo aquilo que afeta a vida da comunidade, tudo que diz respeito à coletividade.

Segundo Carvalho (2002) no Brasil ainda há vários fatores que afetam a vida da população em proporções elevadas, como violência urbana, desemprego, analfabetismo, a má qualidade da educação, a oferta inadequada dos serviços de saúde, saneamento básico, grandes desigualdades sociais e econômicas, problemas dessa natureza evidência a ineficiência de governos não atentos aos problemas básicos da população.

Um dos fatores de extrema importância no contexto das desigualdades sociais, segurança, desemprego e saneamento básico é o exercício da cidadania, ou seja, o cidadão participando das decisões do seu bairro, seu município e auxiliando os gestores da “grande política” na gestão da sociedade. O Brasil nas décadas de 1960 á 1980 passou por momentos de turbulência, período caracterizado pelo regime militar que impedia a livre participação do cidadão nas políticas públicas, hoje mesmo vivendo em um regime chamado democrático ainda identificamos certa indisposição do indivíduo quando o assunto é política, porém é possível constatar um certo avanço da democracia no Brasil em relação a liberdade de expressão, direito ao voto assim como afirma Janine (2010, p.19). “Estamos vivendo o período de maior liberdade de toda a história. Nunca antes, na história deste mundo, houve tanta liberdade política e pessoal. Metade da humanidade se expressa, se organiza, tem a orientação sexual do seu agrado”.

2.1 O CIDADÃO COMO AGENTE NO PROCESSO DEMOCRÁTICO

É importante ressaltar a importância do exercício da cidadania na construção do processo democrático, processo esse que só é possível com participação de todos os entes políticos, interagindo nas questões do seu bairro do seu município, dando sugestões que possam cooperar para evolução das idéias políticas.

Sem duvidas a ausência do individuo na política seria de certa forma uma anulação dos seus direitos civis, sociais e humanos. Segundo Janine (2010,p.12) o Brasil está passando por um período de esgotamento e cansaço em relação a grande política,a política dos partidos e do governo,fruto da percepção da corrupção.Para Teixeira (2002) é possível obter conquistas sociais através da mobilização social,da ação coletiva dos movimentos em massa.Atualmente no Brasil há vários canais institucionais que podem ser utilizados para discussão de ideias,debates,desde conselhos de gestão,até espaços autônomos criados em áreas especificas.É possível também utilizar-se de mecanismos de natureza administrativas e judicial,criados a partir da constituição de 1988.A participação popular nos últimos anos foi de extrema importância para o avanço das políticas públicas,visto que as políticas publicas são um processo dinâmico de negociações,pressões,mobilizações e alianças.

Nos dias atuais é visível como a política é sempre associada à corrupção,a política partidária dos acordos sujos e desonestos como analisa (JANINE; CORTELLA,2010, p.12).

O que me parece estranho é que em 2 mil anos,nós,no ocidente,tenhamos transformado a concepção de política que era o ápice da vida humana de tal modo que hoje se entenda a vida política como safada e político como pilantra. Portanto, a mais nobre atividade da antiguidade no ocidente, da nossa mãe grego-romana que era político, passou a Ser visto como vergonhosa.

Nota-se o quanto o conceito de política ficou restrito a política partidária. A corrupção que assola a sociedade e corrompe o meio político não é um mal exclusivo do século XXI e sim um mal secular,há aproximadamente 2.000 anos atrás no final da republica romana,e as décadas que antecederam o golpe de estado de Júlio César foram caracterizados por muita corrupção,portanto nota-se que a novidade hoje não é a corrupção e sim a apuração dos fatos. Para Janine (2010) a corrupção não aumentou ela está apenas sendo mais percebida. "hoje vivemos a era da informação onde tudo se propaga muito rápido, mais transparência, mais denúncias ocorrerão".

A corrupção destrói totalmente a ideia de política, pois fere a comunidade e põe em cheque o bem comum. Para Janine (2010) a energia e o trabalho que estão sendo aplicados, inclusive pelos *ongueiros*,para construir um mundo mais justo são capazes de minorar os males gerados pela ineficiência do estado. "O voluntariado é parte daqueles que fazem a diferença na sociedade, gente que aprendeu a resolver coisas, que aprendeu a agir sem o governo mandar e assim contribui e ameniza os males da corrupção".

2.2 CIDADANIA E SUAS DIMENSÕES

Carvalho afirma (2002) que a participação não leva rapidamente a resolução de problemas sociais, pois a cidadania inclui várias dimensões, que algumas podem estar presentes sem outras. Portanto a cidadania plena é um conjunto, um anexo, um ideal desenvolvido no ocidente que ainda necessita ser alcançado.

A cidadania é dividida em direitos civis, políticos e sociais. Para Carvalho (2002) o cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuíssem apenas alguns dos direitos. Direitos civis: direitos fundamentais a vida, a liberdade, a propriedade, a igualdade perante a lei.

Direitos políticos se referem à participação direta do cidadão no governo da sociedade. Carvalho (2002) analisa a independência dos direitos civis e políticos afirmando ser possível haver direitos civis sem direitos políticos visto que os direitos políticos foram conquistados através do exercício dos direitos civis. Sem os direitos civis, sobretudo a liberdade de opinião e organização, os direitos políticos, sobretudo o voto, podem existir formalmente, mas ficam esvaziados de conteúdo e servem antes para justificar governos do que para representar cidadão. (CARVALHO, 2002, p.8)

A cidadania plena ainda necessita ser alcançada, no exercício contínuo no bairro, na cidade e na sociedade de modo geral. A um terceiro direito que garante à participação na riqueza coletiva, incluindo direito a educação, ao trabalho, ao salário justo, a saúde, a aposentadoria, esses são os direitos sociais.

Para Carvalho (2002) os direitos sociais permitem as sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem estar para todos, pois a idéia central em que se baseia é a de justiça social.

Como analisa Cortella (2010, p.20) “Um dos impasses na construção da cidadania é a inversão do conceito aristotélico de ZON POLITIKON, o homem político de Aristóteles, passamos a tomar o homem “apolítico” como homem de bem”. Para Aristóteles (pensador grego) o homem de bem era aquele que participava da política, que tinha participação ativa na vida da comunidade. Para Aristóteles o homem é zoon politikon - literalmente, um animal cuja orientação é a polis - e a vida política é uma parte necessária para seu desenvolvimento pleno.

Para Janine e Cortella (2010) a dificuldade que enfrentamos é o desafio de conseguir estabelecer um laço social entre todos os membros da sociedade, um laço social forte a ponto de permitir o exercício pleno da democracia. Se nos reunirmos só com quem é parecido

conosco,não desenvolveremos as potencialidades da democracia,do convívio e do aprendizado com quem é diferente de nós- e o laço social ficará pobre,como acho que ficou (JANINE; CORTELLA,2010, p.23).

Para os gregos, a cidade é resultado da natureza humana, assim como a política é a ciência responsável por considerar tudo que diz respeito ao bem que é a própria cidade. E porque visa a ordenação da cidade para o bem comum, a política considerará tudo que se relaciona com as ações humanas na medida em que estas visam algum bem a comunidade.

2.3 A CONTRIBUIÇÃO DOS ATORES SOCIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O período prévio a constituição de 1988 foi de grande importância para o reconhecimento mútuo dos atores sociais comprometidos com o ideário da reforma das políticas urbanas e habitacionais.

Segundo Albuquerque (2006) os movimentos de luta por moradia agregam-se a ONGS, representantes de setores profissionais, universitários e técnicos do poder público comprometidos com a redemocratização.

Para Janine e Cortella(2010, p.20) poderíamos eleger os voluntariados “vamos esquecer em quem eles votam qual sua religião e até sua linha política e junta-las para trabalhar”. O autor leva em conta as habilidades humanas que os voluntariados têm, ato solidário, o doar-se ao próximo, são pessoas que entendem e vivem as demandas da sociedade.

As ONGS e os voluntariados têm grande participação nas políticas públicas, atuando na construção do desenvolvimento social, através de programas de ações que respondem as carências e as demandas da sociedade.

De acordo com Teixeira (2002) há, hoje, no país, uma série de experiências desenvolvidas por ONGs e organizações de base que podem servir de referência para elaboração de propostas e alternativas de políticas públicas, entre elas:debate público,mobilização da sociedade civil em torno das alternativas,detalhamento de modelos e projetos,entre outros,para esses debates vários canais podem ser utilizados desde espaços públicos aos espaços de gestão em funcionamento. Os direitos sociais ganham força também no período da década de 80, com a constituição de 1988 foi estabelecido um salário mínimo, a constituição de 88 decretou o limite inferior para as aposentadorias e pensões.

3 GERINDO O BEM PUBLICO

Para Cortella (2010) política é ação, pois política é feita no condomínio, na escola, na família, no bairro, na ONG, no sindicato, portanto política é atividade, é vida pública, sendo assim cada cidadão na sua esfera de atuação participa do processo de gestão da sociedade, o filósofo analisa a indisposição do indivíduo a política.

No meu entender, existe certa falta de responsabilização aparente, pois considera que se supor alheio à política é alienação, e não uma decisão consciente. Isto é, não votar pode ser uma decisão consciente, assim como anular o voto é amparada por argumentos de natureza política. (JANINE; CORTELLA, 2010, p.31).

A política esta diretamente ligada a uma questão seríssima, em que medida o cidadão se reconhece num estado que é construção dele? Consciente ou não, querendo ou não esse estado é fruto de uma ação coletiva, feito a imagem e semelhança daqueles que a ele pertence.

A aproximadamente 350 a.c intelectuais: Platão e Aristóteles já se empenhavam em analisar o homem como ator principal na construção das políticas de uma sociedade. Aristóteles considerava que o homem só é verdadeiramente ele mesmo no seio da cidade. Aí está sua condição natural de “animal cívico”. Conseqüentemente, a ciência por excelência, no que se refere à vida humana, é a ciência da sociedade. Qualquer cidade é construída a partir da manifestação popular, da união do “eu” e do “tu”, assim como afirma (ARISTOTÉLES, 2013, p.31) “é preciso, inicialmente, reunir as pessoas que não podem passar umas sem outras, como a macho e fêmea para a geração”.

Segundo Teixeira (2002) a participação do cidadão nas políticas públicas tem aumentado nos últimos anos, mas apesar de todo o processo de participação, permanecem alguns elementos centralizadores: a aprovação e análise técnica de programas e projetos para repasse, fixação e centralização de fiscalização de tarifas no ministério. A burocracia central mantém grande parcela do poder, permanecendo influência clientelista no repasse de recursos. Na área da saúde, a legislação federal introduz em todo o país a participação da sociedade na gestão pública mediante conferências de saúde-orgão de caráter propositivo- e dos conselhos de saúde, a quem compete formular estratégias e controlar a execução da política de saúde. O novo fator nesse cenário e de grande repercussão para os gestores públicos em geral, foi à entrada em vigor da Lei Complementar n. 101 de 04 de maio de 2.000, lei de responsabilidade fiscal, que se aplica a união, estados e municípios estabelecendo o seguinte: deve haver ampla divulgação dos planos e orçamento durante o processo de elaboração e discussão, os

processos de elaboração das leis devem ser transparentes, Isto é, claros, públicos, com incentivo a participação popular e a realização de audiências públicas (BRASIL, 1988, p.30).

As inovações consagradas na constituição de 1988 colocaram o Brasil como um dos países de legislação mais avançado, no que diz respeito à proteção aos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais, contudo essas inovações tendem a não surtir o efeito esperado, na medida em que a sociedade brasileira desconhece seus direitos e em que proporção eles são protegidos pelo estado, permitindo que seus setores façam “tábua rasa” das conquistas sociais presentes no texto constitucional.

3.1 O CIDADÃO PARTICIPANDO DA CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE MAIS SAUDÁVEL

Ao longo das últimas décadas os impactos ambientais tem comprometido a qualidade de vida do homem, isso foi consequência de um modelo de crescimento econômico adotado, que se fundamenta no aumento da produção sem pensar em seus custos para o meio ambiente e a sociedade. A preocupação com a conservação da qualidade ambiental vem se tornando cada vez mais importante e presente na vida dos cidadãos em vários países do mundo, visto que a continuidade da nossa espécie depende dessas ações que vem sendo processadas ao longo da história, ações essas que envolve todas as esferas, desde aquele lixo que é facilmente descartado nos lares de todo país aos produtos que são produzidos pelas multinacionais e são responsáveis pelos impactos ambientais, questões de extrema importância como estas devem ser discutidas nas mais diversas áreas e setores da sociedade, cada indivíduo no seio social tem a liberdade de escolher entre aumentar o nível de impactos ou colaborar na redução dos mesmos.

Através de muitas manifestações populares, após vinte e um anos de discussão no congresso nacional acontece a aprovação da política nacional de resíduos sólidos (PNRS). A política nacional de resíduos sólidos marca o início de uma articulação institucional entre os entes federados-união, estados e municípios, o setor produtivo e a sociedade em geral na busca de soluções para problemas graves e de grande abrangência territorial que comprometem a qualidade de vida dos brasileiros. Com a aprovação dessa política o cidadão é responsável não só pela disposição correta dos resíduos sólidos que gera, mas também é importante que repense e reveja o seu papel como consumidor, permitindo que as próximas gerações possam

usufruir de um ambiente ecologicamente equilibrado assim como prevê o artigo 225 da constituição federal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os aspectos relativos à política observa-se que a política é abordada no seu conceito primitivo (grego arcaico). A partir desse conceito podemos identificar o cidadão como ator principal no processo de construção de uma sociedade e processo de construção das políticas públicas.

Com a inversão de conceitos ao decorrer das épocas ocorreu um distanciamento do homem e do ser político, apesar da existência de alguns avanços nas últimas décadas a análise de alguns estudos evidencia o desinteresse de muitos pela política, em contra partida àqueles que se unem em prol do bem comum.

Observando alguns avanços sociais nas últimas décadas podemos considerar o cidadão como agente de mudanças significativas, agente no processo democrático e perceber que a gestão pública não se limita apenas a grande política (política partidária) e sim a todos os homens e mulheres que compõe uma sociedade.

O século XXI veio trazendo uma série de mudanças e avanços tecnológicos que permitem um rápido acesso a informação, isso faz com que existam mais oportunidades, de participação popular na gestão de municípios e do país de forma geral. Percebe-se ainda que qualquer sociedade se constrói através de ações coletivas, na medida em que o número da população vai aumentando cresce também as necessidades de novas políticas sociais, para isso é necessário uma população e governantes comprometidos com o bem comum para que uma sociedade justa, sólida e solidária deixe de ser utopia e passe a ser realidade.

REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. **Participação popular nas políticas públicas**. 2.ed.São Paulo,2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro, 2002.

CORTELLA, Mario Sergio; JANINE, Renato Ribeiro. **Política para não ser idiota**. São Paulo, 2010.

CLARET, Marim. **A política de Aristóteles**. São Paulo, 2013.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global**. São Paulo, 2001.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. São Paulo, 2002.